

Nelsi Teresinha Scartezini

INSEGURANÇA ALIMENTAR NAS CIDADES

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Sérgio Schneider

Co-orientadora: Amália Leonel Nascimento

Porto Alegre

2011

RESUMO

O fenômeno urbano (de intensa urbanização) é recente na história da humanidade. Acontece há pouco mais de um século. Atualmente são mais de 3,5 bilhões de pessoas que vivem em cidades e se encontram em situação de dependência para suprirem suas necessidades vitais. Diante da impossibilidade material de produzirem alimentos e da perda do patrimônio imaterial de como produzi-los, as populações urbanas são dependentes dos sistemas que dão manutenção à vida nas cidades. A segurança alimentar e nutricional dessas populações se apresenta vulnerável em muitos aspectos: contaminação dos alimentos por agrotóxicos, ocorrência de fraudes alimentares e dificuldade de acesso a uma alimentação saudável e equilibrada. Os sistemas político, econômico e financeiro global regidos pela lógica capitalista, aos quais estão atreladas as economias nacionais e os níveis de empregos, são mantidos em equilíbrio instável e imprevisível. O sistema de produção e abastecimento alimentar, também vulnerável às crises e aos mercados globais, tem sua base na agricultura monocultora, dependente dos insumos químicos, destruidora dos ecossistemas, e com previsões de insustentabilidade. Tal situação configura-se em risco para a segurança alimentar e nutricional das imensas populações urbanas; um risco "fabricado" (GIDDENS, 2007) pela nossa sociedade. Num movimento social contra-hegemônico, ONGs, Ecovilas, a Via Campesina e algumas Universidades estão buscando expandir um modelo de agricultura orientado pelos princípios da agroecologia, associando a luta em defesa do meio ambiente à inclusão social e à segurança alimentar.

PALAVRAS-CHAVE: segurança alimentar; fenômeno urbano; populações urbanas; agroecologia; agricultura familiar.

ABSTRACT

The urban phenomenon (of intense urbanization) is recent in human history. It happens a little more than one century. Currently there are over 3.5 billion people living in cities and are in a situation of dependence to meet their vital needs. Given the physical impossibility of producing food and the loss of the intangible heritage of how to produce them, urban populations are dependent of the systems wich maintain life in the cities. The food and nutritional security of these population is vulnerable in many ways: food contamination by pesticides, food for fraud and difficulty of access to a healthy and balanced diet. The political, economic and financial global governed by the logic of capitalism, which are linked to national economies and employment levels are maintained in equilibrium unstable and unpredictable. The system of food production and supply, also vulnerable to crises and global markets, has its basis in monoculture farming, dependent on chemical inputs, destroying ecosystems, and with predictions of unsustainability. This situation sets up a risk to food security and nutrition of the immense urban populations, the risk was "fabricated" (GIDDENS, 2007) by our society. In a hegemonic social movement against NGOs, Ecovillages, Via Campesina and some universities are seeking to expand a model of agriculture guided by the principles of agroecology, linking the struggle in defense of the environment to social inclusion and food security.

KEYWORDS: food security; urban phenomenon; urban populations; agroecology; family farming.

LISTA DE SIGLAS

ABRASCA - Associação Brasileira das Comunidades Aquarianas

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

AUP - Agricultura urbana e periurbana

ENA - Ecovillage Network of the Américas

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FIC - Fellowship for International Community

GEN - Global Ecovillage Network

IA - Ingrediente Ativo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDA - Ingestão Diária Aceitável

IFPRI - International Food Policy Research Institute

LMR - Limite Máximo de Resíduo

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MST - Movimento dos trabalhadores Sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NA - Não Autorizado

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PARA - Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos

PIB - Produto Interno Bruto

POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	URBANIZAÇÃO, UM FENÔMENO RECENTE	10
2.1	Construção do modelo hegemônico	11
2.2	Desvalorização do rural	13
3	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	16
3.1	Acesso aos alimentos	17
3.2	Fome oculta	18
3.3	Contaminações por agrotóxicos	19
3.4	Fraudes alimentares	21
4	ASPECTOS DE DEPENDÊNCIA E RISCO	25
4.1	Impossibilidade de produzir alimentos	25
4.2	Perda dos saberes para provimento das necessidades básicas	26
4.3	Lógica capitalista	27
4.4	Sistemas que dão manutenção à vida nas cidades	28
4.5	Monocultura - modo agrícola atrelado às grandes concentrações humanas	30
4.6	Desemprego	34
5	MOVIMENTOS SOCIAIS CONTRA-HEGEMÔNICOS	36
5.1	Via Campesina	36
5.2	Ecovilas	37
5.3	Agroecologia	39
5.4	Agricultura urbana	40
5.5	Consumo político	41

6 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	47
ANEXO 1	53

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, metade da população mundial reside em áreas urbanas e em muitos países ocidentais, no Brasil inclusive, os percentuais de urbanização são bem mais elevados, acima de 80%. Segundo previsões da Organização da Nações Unidas (ONU), em 2050 em torno de 6,3 bilhões de pessoas estarão vivendo no meio urbano, representando quase 70% da população mundial, cuja estimativa gira em torno de 9,2 bilhões (UNITED NATIONS, 2010).

O aquecimento global já é uma realidade; seus efeitos já se fazem sentir e as previsões não são nada animadoras, pois o processo é irreversível e tende a se agravar. Altas temperaturas, secas, inundações e a redução de fontes hídricas do nosso planeta levarão a um decréscimo da produtividade agropastoril. Extensas áreas poderão tornar-se improdutivas, e isso refletirá diretamente no atendimento das necessidades vitais do ser humano, ou seja alimento e água (ABRAMOVAY, 2010). Diante do quadro que se apresenta é de se questionar sobre a segurança alimentar das imensas populações urbanas, visto que o fenômeno social de intensa urbanização é um fenômeno recente, com o qual ainda não temos experiência de como lidar.

Antes do fenômeno urbano predominava a autossustentabilidade alimentar das famílias e comunidades através da agricultura, e os conhecimentos necessários para isso eram transmitidos de geração a geração. É recente o fato de que imensas populações passaram a viver em cidades, onde não existe a possibilidade material de produção de alimentos, e onde as pessoas perderam o patrimônio imaterial de conhecimentos de como produzi-los. Para as famílias urbanas alimentar-se depende prioritariamente da obtenção de renda.

Se as taxas de desemprego refletem o funcionamento dos sistemas político, econômico e financeiro, atualmente não apenas a nível local, mas também global, que confiança podemos ter nos sistemas que dão manutenção à vida nas cidades?

A lógica capitalista, que perpassa todo o contexto urbano, se estende à produção e processamento dos alimentos e cria "impérios alimentares" comandados por grandes corporações (PLOEG, 2008). Sendo a agricultura "convencional" a principal provedora de alimentos para as cidades, que consequências há para o meio ambiente e para a segurança alimentar dos cidadãos? A segurança alimentar implica não apenas em se ter alimentos em quantidade, mas também em qualidade nutricional e isentos de contaminações.

Sabemos que existem muitas pessoas em situação de vulnerabilidade no meio urbano, sem condições para uma vida digna, sem segurança alimentar. Nossa sociedade, embora não gostando, acaba aceitando o "status quo" como irremediável. Atualmente, devido às crises financeiras, estamos presenciando Estados de países desenvolvidos reduzirem benefícios sociais para contenção de despesas. Nesse contexto, podem as populações urbanas sentirem-se seguras de que existe uma responsabilização social que vai lhes garantir a segurança alimentar em situações de crise?

O objetivo deste trabalho é evidenciar aspectos de dependência e risco para a segurança alimentar das populações urbanas, levando-se em conta que não existe para elas a possibilidade de autoabastecimento alimentar, e que o acesso ao alimento depende da obtenção de renda. O diagrama abaixo permite visualizar a dependência das populações urbanas aos sistemas que dão manutenção à vida nas cidades, pois faz parte desse trabalho questionar alguns fatores de risco que podem resultar numa equação desastrosa para a sua segurança alimentar.

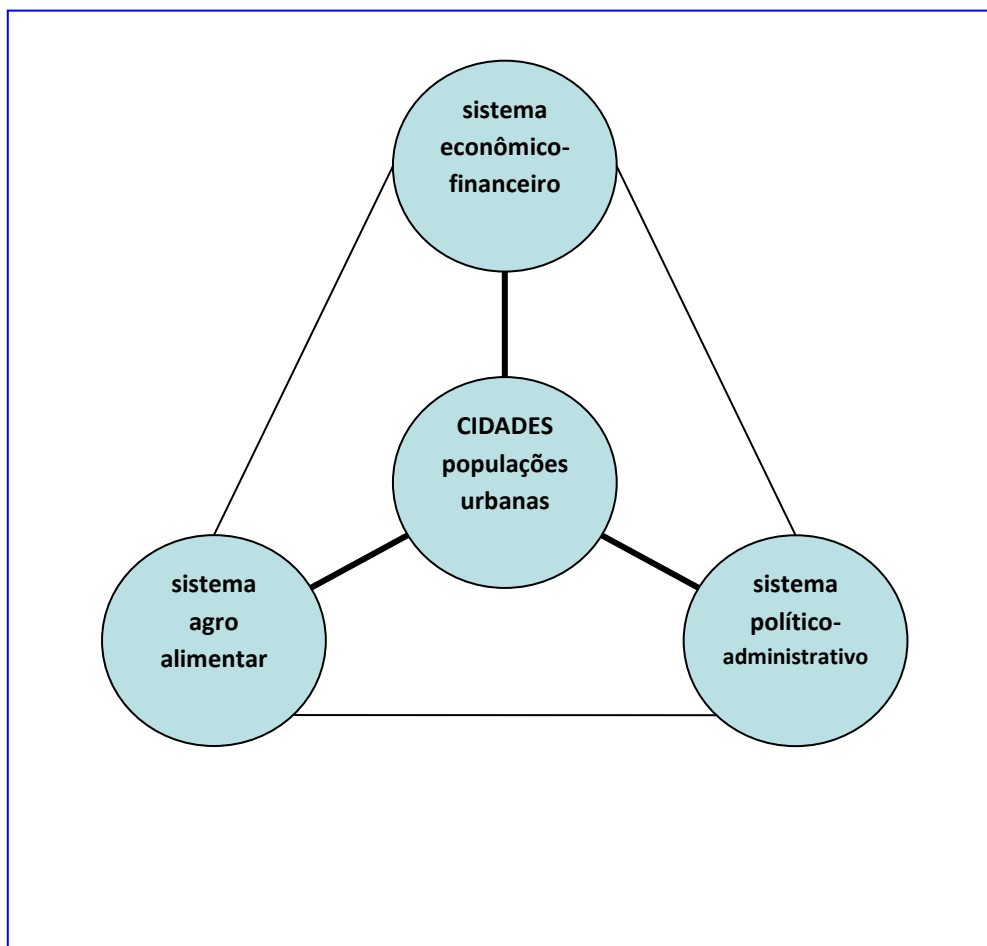


FIGURA 1 - Diagrama de sistemas que dão manutenção à vida nas cidades
Fonte: autoria própria

Podemos considerar como fatores de risco para a segurança alimentar das populações urbanas:

- a instabilidade e imprevisibilidade do sistema econômico-financeiro, gerador do desemprego estrutural e conjuntural, deixando famílias sem renda, ou baixa renda para aquisição de alimentos;

- a lógica capitalista, cuja meta prioritária é a obtenção de lucro e não a saúde da população, proporcionando alimentos pouco saudáveis, contaminados e sujeitos a fraudes alimentares;

- o Estado que poderia assumir a responsabilização social pelo coletivo, fica a mercê das ideologias políticas, nem sempre favoráveis à população, e é dependente da

arrecadação de impostos, que provém do desempenho do sistema econômico-financeiro;

- o sistema agroalimentar, cuja base é a agricultura monocultora, dependente de agroquímicos, destruidora dos ecossistemas, e que tem previsões de insustentabilidade, principalmente nos quadros de mudanças climáticas que se projetam para o futuro.

Movimentos sociais estão despontando numa corrente contra o modelo hegemônico urbano e agrícola, valorizando a relação homem versus natureza, defendendo valores comunitários e a cultura local, bem como o cuidado com a preservação dos ecossistemas. São mecanismos de contestação social ao modelo de urbanização e de alimentação vigentes. Faz parte desse trabalho buscar entender as alternativas e soluções que esses movimentos apresentam ao modo de viver urbano e ao modo agrícola de produzir, dominantes no mundo atual.

O capítulo 2, seguinte à introdução, apresenta o fenômeno da urbanização, a ideologia que acompanhou a construção do modelo urbano e a desvalorização do rural. O capítulo 3 traz questões que dizem respeito à segurança alimentar e nutricional nas cidades, tais como acesso ao alimento, deficiências nutricionais, contaminações e fraudes alimentares. O capítulo 4 traz aspectos de dependência e risco para as populações urbanas, dependentes dos vários sistemas que dão manutenção à vida nas cidades, inclusive o sistema agroalimentar. O capítulo 5 traz alguns dos movimentos sociais que buscam modos de produzir e viver alternativos.

2 URBANIZAÇÃO, UM FENÔMENO RECENTE

A urbanização já não é um fenômeno exclusivo da cultura ocidental. O modelo urbano tornou-se hegemônico em todo o mundo, em todos os sistemas políticos e econômicos vigentes. Entretanto o fenômeno urbano é algo recente na história da humanidade; aconteceu passo a passo com a industrialização iniciada na Grã-Bretanha em meados do século XVIII. Anteriormente, algumas poucas cidades existiam como centros de poder, centros religiosos, confluência de comércio, mas não nas proporções assumidas na era contemporânea. Segundo Davis (1972), às vésperas da revolução industrial, a Europa era uma região quase completamente agrária, entretanto com a industrialização a transformação foi radical.

As Nações Unidas informam dados a partir de 1950 e fazem uma projeção até o ano de 2050, onde podemos visualizar a escalada crescente da urbanização no mundo.

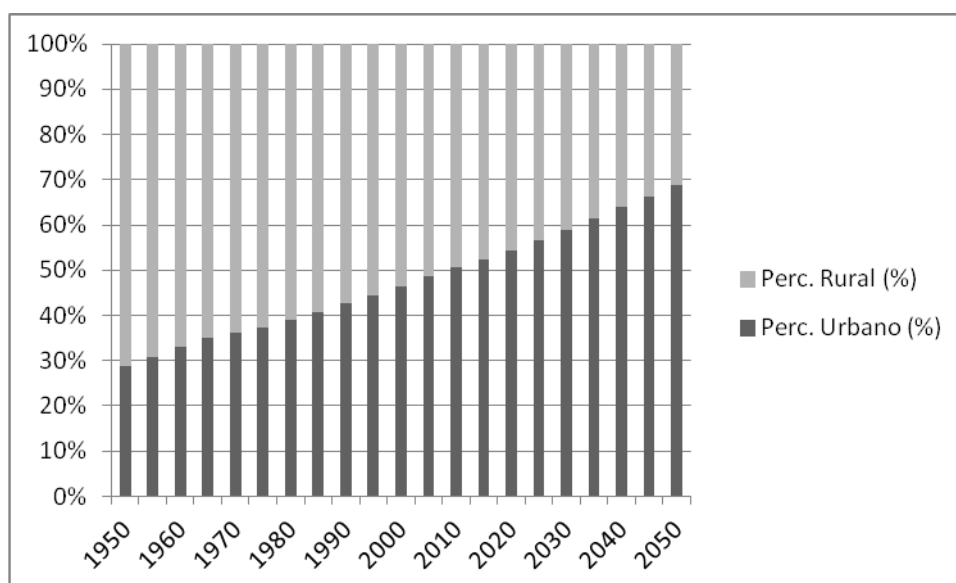


GRÁFICO 1 - Urbanização mundial

Fonte: United Nations - World Urbanization Prospects - 2009

No Brasil, segundo censo realizado pelo IBGE, o percentual de urbanização atingiu 84,35% em 2010, correspondendo a 160.879.708 de pessoas vivendo no meio urbano. A equivalência urbano/rural (50% cada) aconteceu entre 1960-1965, conforme dados das Nações Unidas.

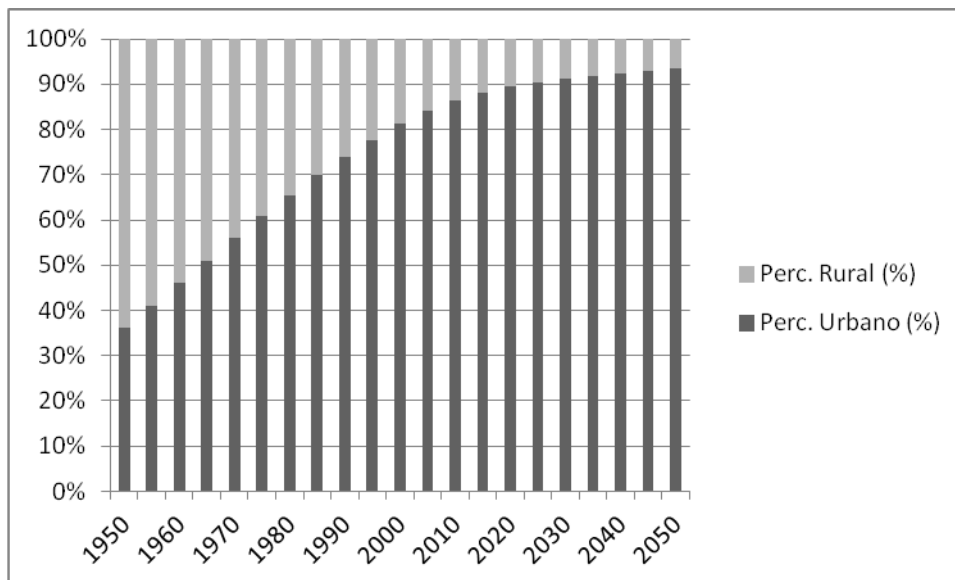


GRÁFICO 2 - Urbanização no Brasil

Fonte: United Nations - World Urbanization Prospects - 2009

Em termos históricos, a urbanização aconteceu de forma rápida e a tendência é de um crescente aumento a nível mundial. Em contrapartida, diminui a população rural, e isso representa menos famílias produzindo alimentos e mais famílias em situação de dependência aos sistemas que dão manutenção à vida nas cidades.

2.1 Construção do modelo hegemônico

Em fins do século XIX e início do século XX, alguns intelectuais construíram uma ideologia em torno do modelo urbano, inspirando-se na teoria da evolução de Darwin, como sendo o ápice da evolução humana, algo a ser desejado e construído.

A escola organicista tinha uma visão do mundo sobre um modelo orgânico e buscava, nas ciências naturais, leis gerais que serviriam para explicar e orientar as sociedades humanas.

A divisão do trabalho estabeleceu-se com a indústria, da mesma forma que a intensa divisão social do trabalho tornou-se algo inerente ao urbanismo¹. Esse fenômeno foi visto por Durkheim como um avanço na escala evolutiva humana. As citações abaixo retratam como a ideologia acompanhou a construção do modelo urbano, que agora revistas nos mostram algumas afirmações tendenciosas e superficiais.

QUADRO 1 - Frases que representam a ideologia urbana

"[...] a lei da divisão do trabalho se aplica tanto aos organismos como às sociedades; pode-se mesmo dizer que um organismo ocupa um lugar tanto mais elevado na escala animal, quanto mais nele as funções estão especializadas." (DURKHEIM, 1984, p.53 v.I)

"...não há como comparar o operário com o agricultor; é um facto conhecido que o primeiro é muito mais inteligente, apesar do carácter maquinal das tarefas a que frequentemente se consagra." (DURKHEIM, 1984, p.54 v.II)

"A divisão do trabalho [...] aumenta simultaneamente a força produtiva e a destreza do trabalhador, ela é a condição necessária do desenvolvimento intelectual e material das sociedades; é a fonte da civilização."(DURKHEIM, 1984, p.64 v.I)

"As sociedades industrializadas constituem uma forma de construção social marcada por fortíssima diferenciação funcional, e constituem na opinião de Parsons, 'a vanguarda da última fase da modernização' ". (PARSONS apud LALLEMENT, 2008, p. 130)

"Com efeito, não se deve esquecer que a especialização não é a única solução possível à luta pela vida: há também a integração, a colonização, a resignação a uma existência precária e mais disputada, enfim, a eliminação total dos mais fracos pela via do suicídio ou de outro modo." (DURKHEIM, 1984, p. 70 v.II)

"O desenvolvimento da sociedade só pode ser concebido na vida urbana, pela realização da sociedade urbana"(LEFEBVRE, 2001, p. 141)

"...Finalmente, a cidade é o habitat natural do homem civilizado." (PARK, 1973, p. 27)

Essa crença tornou-se um paradigma, entretanto é um paradigma que vem sendo minado pelos incontáveis e graves problemas sociais e ambientais que se

¹Urbanismo - "complexo de caracteres que formam o modo de vida peculiar das cidades." (WIRTH, 1973)

apresentam mundialmente. Um paradigma que vem sendo contestado por movimentos sociais cujos integrantes e simpatizantes não mais aceitam sua inserção passiva nos sistemas que ditam a vida moderna, e que buscam uma harmonia entre o ser humano e o meio ambiente, como fonte de mais qualidade de vida, segurança alimentar e preservação ambiental.

2.2 Desvalorização do rural

Paralelamente ao fenômeno da crescente urbanização houve a desvalorização do meio rural. Quando não eram famílias inteiras que migravam para as cidades, as que permaneciam no campo mandavam os filhos estudarem na cidade "para se tornarem gente", pois não valorizavam os conhecimentos herdados de seus antepassados, que lhes permitiam produzir alimentos. O trabalho na cidade representava status e os pais ficavam orgulhosos quando os filhos lá se estabeleciam. Ainda hoje persiste essa mentalidade, embora já existam indícios de mudança no sentido de uma valorização do meio rural.

O agricultor vivenciou durante a construção do modelo hegemônico urbano um desprezo pela sua atividade, pelo seu modo de vida e isso diminuiu a sua autoestima. Entretanto, para tirar o alimento da terra, e mais ainda, para obter autossuficiência alimentar são necessários muitos conhecimentos e técnicas específicas, que um cidadão não possui.

Os grupos indígenas também tiveram sua cultura desprezada, embora tivessem conhecimentos que lhes garantiam uma sobrevivência adaptada às condições de seu habitat, aprimorada ao longo de muitos anos de sua história. A grande maioria das populações indígenas sofreram desestruturação pela cultura ocidental européia, perderam sua cultura e autossuficiência, ficando à margem e dependentes da nossa sociedade para a sua sobrevivência.

Segundo Paulo E. Little (2002, p. 44), doutor em antropologia da Universidade de Brasília:

A ideologia hegemônica do desenvolvimento econômico moderno sempre desprezou as atividades de subsistência dos povos tradicionais, já que eram consideradas como atrasadas e de pouca produtividade, além de não ser destinadas ao mercado. Mas as atividades de subsistência continuam fornecendo as principais fontes de alimento para muitos desses grupos e, mais ainda, lhes oferece uma 'segurança alimentar', um elemento fundamental em qualquer modelo de desenvolvimento.

A riqueza do campo sempre foi avaliada por padrões monetários. Esta pode ser uma das razões pelas quais estatisticamente a zona rural sempre se apresentou muito pobre em relação à cidade. A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002-2003 (IBGE, a) computou pela primeira vez rendimentos não monetários em suas estatísticas, passando a considerar a produção agrícola para consumo próprio como um rendimento.

Despesas não monetárias são aquelas efetuadas sem pagamento monetário, ou seja, aquisição obtida através de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado durante os períodos de referência da pesquisa, disponíveis para utilização. As valorações das despesas não monetárias foram realizadas pelos próprios informantes, considerando os preços vigentes no mercado local. [...] É importante observar que as despesas não monetárias são iguais, em termos contábeis, aos rendimentos não monetários, com exceção do valor do aluguel estimado, cujo tratamento é explicitado na definição do rendimento (IBGE, b).

Embora tenha sido um avanço a contabilização das despesas não monetárias, persistirá a defasagem monetária, pois é o próprio agricultor que faz a valoração da sua produção para consumo próprio, em valores menores do que se gasta na cidade. Da mesma forma a valoração de sua casa própria, haja vista que o custo de vida nas cidades é bem maior que no campo. A POF 2008-2009 apresentou o valor de R\$ 2.853,13 para a estimativa da despesa média mensal familiar em domicílios urbanos no Brasil, e R\$ 1.397,29 a média dos domicílios rurais pesquisados (IBGE, c).

Com essa explanação não quero afirmar que não exista pobreza no meio rural. Entretanto não devemos avaliar o bem estar das populações rurais apenas pelo padrão monetário, pois como dizia Lutzemberger (1998): "Ninguém viveria com dois dólares por dia se tivesse que comprar sua comida, roupa, utensílios no supermercado ou Shopping Center". Estudos comparativos de qualidade de vida entre as populações urbanas e rurais poderiam preencher essa lacuna. Embora haja carência de muitas melhorias no meio rural, existe um grande potencial de qualidade de vida e segurança alimentar a ser valorizado e desenvolvido nesse meio.

Os governos sempre deram prioridade ao desenvolvimento das cidades, propiciando à população rural sempre o mínimo em termos de educação, meios de comunicação, atendimento à saúde, e outros fatores que melhoram as condições de vida das pessoas. A importância do meio rural sempre foi na perspectiva de produtor de alimentos para as cidades, e não como lócus de vida de famílias e comunidades, desejosas de desenvolvimento humano e econômico.

No Brasil, somente a partir da década de 1990, mais especificamente a partir do governo Itamar Franco, a agricultura familiar se firmou como categoria política, e "seu potencial como modelo social, econômico e produtivo" passou a ser considerado e assimilado por estudiosos e formuladores de políticas, conferindo-lhe atualmente "uma extraordinária legitimidade a tal ponto de se constituir como referência em oposição a outras noções igualmente poderosas, como a de agronegócio, por exemplo" (SCHNEIDER, 2010, p. 515).

3 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O termo segurança alimentar começou a ser utilizado na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) para designar a questão de segurança nacional que representava a capacidade de abastecimento alimentar de um país. Voltou a ser discutido a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando mais da metade da Europa estava devastada e sem condições de produzir seu próprio alimento (NASCIMENTO; ANDRADA, 2010). A soberania de um país dependia da sua capacidade de produção agrícola, manutenção de estoques estratégicos e da capacidade de autoabastecimento alimentar em situação de guerra ou catástrofe.

Entretanto, no decorrer do século XX, houve o predomínio da teoria econômica das vantagens comparativas², que impulsionou a expansão do comércio internacional e a divisão internacional do trabalho. O abastecimento alimentar das populações passou a ser uma questão de equilíbrio dos fluxos de commodities, controlados pelos governos através de taxações alfandegárias e subsídios aos próprios agricultores.

O conceito das vantagens comparativas apregoa benefícios para todos, na medida em que os países se especializam na produção de bens para os quais estão mais bem dotados em termos de seus próprios recursos. Esse conceito foi largamente utilizado pelas potências hegemônicas para impor esquemas de exploração em países não desenvolvidos, mantendo-os como exportadores de produtos primários e importadores de manufaturados (PECHT, 2000).

O argumento de que o aumento da produção agrícola resolveria o problema da fome no mundo foi amplamente utilizado pela indústria química para o estabelecimento de um poderoso mercado de insumos agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos). Entretanto o problema da fome mundial não foi solucionado, e embora

² A teoria econômica das vantagens comparativas foi criada por David Ricardo, em 1817, na Inglaterra.

haja produção abundante em alguns países, quase 1 bilhão de pessoas ainda sofrem de fome no mundo (FAO, 2011).

Alimento é algo de importância básica e vital para a manutenção da vida. Consta no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (NAÇÕES UNIDAS, 2000) como um direito fundamental do ser humano. No Brasil, a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010 alterou o art. 6º da Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social. O conceito de segurança alimentar foi definido na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Olinda, 2004, conforme consta no livro de Renato S. Maluf (2007, p. 17):

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Sob o ponto de vista político e social, a segurança alimentar das populações tem uma importância estratégica para a manutenção da paz e segurança interna. Sob o ponto de vista moral e ético, nenhum ser humano deve sofrer com a desnutrição e suas graves sequelas.

3.1 Acesso aos alimentos

Existe um paradoxo que predomina a partir da segunda metade do século XX, como relata Abramoway (2010) "...a fome era e é provocada muito mais pela impossibilidade de acesso a alimentos existentes do que pela escassez absoluta na oferta". Portanto a questão da segurança alimentar não se trata apenas de produção de alimentos, mas também do acesso a eles.

No meio urbano, o problema de acesso a uma alimentação adequada advém do baixo poder aquisitivo de grande parte da população, seja por exercerem atividade de baixa renda, ou por situação de desemprego. Conforme Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF-2008) do IBGE, **tabela no anexo 1**, famílias com baixa renda consomem, somando-se hortaliças e frutas, 29,66 kg per capita ao ano, enquanto que as famílias de renda mais alta consomem 103,58 kg per capita ao ano. Em laticínios temos um consumo de 25,13 kg na classe de renda mais baixa e 66,28 kg na classe mais alta, e carnes 17,90 kg contra 31,89 kg respectivamente. O consumo de farinhas e féculas é maior nas classes de renda mais baixa, 21,12 kg, contra 15,74 kg nas classes mais altas. Da mesma forma cereais e leguminosas cujo consumo é de 40,92 kg contra 30,04 kg respectivamente.

A ingestão de frutas, hortaliças, laticínios e carnes tem uma relação direta com os níveis de renda familiar: quanto maior a renda, maior o consumo desses alimentos, e vice-versa. Devido aos preços mais elevados desses itens alimentares, as classes de renda mais baixas priorizam alimentos mais energéticos, volumosos e de menor custo como farinhas, cereais e leguminosas. Entretanto ressalvo que a capacidade financeira dos consumidores é apenas um aspecto da questão do consumo alimentar; cultura, abastecimento e outros, não estão sendo abordados no presente trabalho.

3.2 Fome Oculta

A fome oculta representa a deficiência alimentar em proteínas, sais minerais e vitaminas. Josué de Castro (1957) afirmava que se a pobreza é a maior responsável pela fome aguda, a incidência de fome oculta se deve a problemas ligados aos sistemas de exploração econômica, aos hábitos alimentares consagrados, aos costumes e às religiões.

Andrea Ramalho em seu livro Fome Oculta - Diagnóstico, Tratamento e Prevenção (2009, p. 4) escreve sobre a mesma:

[...] embora ainda sem sintomatologia visível, a fome oculta compromete várias etapas do processo metabólico, merecendo destaque as alterações observadas no sistema imune, nas defesas antioxidantes e no desenvolvimento físico e mental dos indivíduos. Ocorre quando, por razões econômicas, geográficas e/ou educacionais, o ser humano tem acesso a uma dieta básica pouco diversificada e, normalmente, deficiente em vários nutrientes.

As deficiências nutricionais têm se tornado endêmicas em nossa sociedade, mesmo entre populações aparentemente bem alimentadas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) em seu relatório Global status report on noncommunicable diseases 2010, tradução minha:

Aproximadamente 16 milhões (DALYs)³ de anos de vida produtivos são perdidos e 1,7 milhões de mortes no mundo são atribuíveis ao baixo consumo de frutas e hortaliças. Um adequado consumo de frutas e hortaliças reduz o risco de doenças cardiovasculares, câncer de estômago e câncer colorretal. Há evidências convincentes de que o grande consumo de alimentos de alta energia, tais como os alimentos processados, ricos em gorduras e açúcares, promove a obesidade em comparação a alimentos de baixa energia como as frutas e hortaliças (WHO, 2010, cap.1, p.20).

A obesidade tem se revelado um fenômeno comum da vida moderna, decorrente de uma combinação nefasta de alimentação inadequada e sedentarismo, gerando como consequência graves problemas de saúde.

3.3 Contaminações por agrotóxicos

A seguridade alimentar e nutricional engloba a produção primária dos alimentos, processos industriais, estocagem, distribuição e comercialização; envolve controle de patógenos, produtos químicos tóxicos, irradiação, aditivos; envolve temas

³ DALYs -(Disability-adjusted life years) - é uma medida de carga global de doença, expresso em número de potenciais anos de vida produtivos perdidos, devido a prematuros problemas de saúde, deficiência ou morte precoce.

como nutrição, qualidade dos alimentos, rotulação e educação; e trata de danos à saúde. (GUIVANT, 2002)

O Codex Alimentarius, órgão subordinado a FAO e a OMS, é uma entidade internacional que serve para formular padrões de segurança alimentar para garantir a proteção da saúde dos consumidores e assegurar boas práticas no comércio de alimentos. No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) tem a função de promover o controle sanitário da produção e da comercialização dos produtos alimentícios, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados.

Segundo dados da ANVISA, em pesquisa realizada em 2009 através do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), 26,2% das amostras estavam contaminadas com agrotóxicos não autorizados (NA), de alta toxicidade, entre os quais organofosforados, e 2,8% das amostras continham ingredientes ativos (IAs) autorizados, mas excedendo o limite máximo de resíduo (LMR), totalizando 29% de amostras insatisfatórias num universo de 3.130 amostras de dezoito hortifruti, mais arroz e feijão, pesquisados no mercado brasileiro (ANVISA, 2009).

Agrotóxicos sabidamente carcinogênicos e neurotóxicos, como os do grupo químico organofosforado, têm registro na ANVISA, autorizados para aplicações somente em algumas culturas. Entretanto, estando esses produtos à venda no mercado, são utilizados em muitas outras culturas, a exemplo, o metamidofós⁴ que foi encontrado através do PARA em amostras de alface, cenoura, couve, pimentão, etc.

Segundo a ANVISA, em - Nota Técnica de Esclarecimento sobre o Risco de Consumo de Frutas e Hortaliças Cultivadas com Agrotóxicos - a quantidade diária segura para o consumo (Ingestão Diária Aceitável - IDA) é expressa em mg/kg de

⁴ Metamidofós: é possível ver suas especificações em monografias de agrotóxicos no portal da ANVISA.

peso corpóreo. "Se um determinado ingrediente ativo contido em um agrotóxico tem uma IDA igual a 0,05 mg/kg, significa que uma pessoa de 60kg, por exemplo, poderia ingerir uma quantidade máxima de 3,0 mg, diariamente, sem riscos à saúde" (item IV). No item V vemos:

Em alguns casos, a proibição de um determinado IA para o trato de uma cultura específica deve-se ao fato de que, no balanço geral da ingestão de alimentos pela população, este IA está sendo usado no tratamento de mais de uma cultura e a soma dos resíduos (LMR) encontrados em todas essas culturas ultrapassa a IDA. Desta forma, as instituições responsáveis pela gestão do risco à saúde da população devem regular o uso destas substâncias, evitando que a população seja exposta a uma ingesta deste agrotóxico acima do permitido.

Podemos constatar que se trata de um equilíbrio deveras frágil, havendo muitas variáveis envolvidas que dificilmente estarão sob controle das instituições responsáveis pela gestão de risco. Os reflexos dos agrotóxicos sobre a saúde são lentos e cumulativos, por isso há apenas uma vaga associação entre o consumo de alimentos com agrotóxicos e muitas doenças que acometem a população.

3.4 Fraudes alimentares

Podemos considerar como fraudes alimentares todas as condutas que enganam e lesam os consumidores, levando-os ao erro quanto à natureza, características e apresentação dos produtos alimentícios, visando vantagens indevidas do fornecedor em face da saúde do consumidor. São condutas que se verificam em toda o sistema alimentar, envolvendo produção, processamento, transporte e comercialização (ESQUIVEL, 2009).

As fraudes alimentares podem ser classificadas em fraudes por alteração, adulteração e falsificação, conforme consta no livro de Carla Liliane Waldow Esquivel, *Crimes contra a saúde pública - Fraude alimentar* (2009). Abaixo, faço uma breve exposição de cada tipo de fraude, embasada no livro da autora.

QUADRO 2 - Tipos de fraudes alimentares (ESQUIVEL, 2009)

- Fraudes por alteração - A alteração dos alimentos pode se dar tanto na produção, como na elaboração, acondicionamento, transporte e comercialização, devido a inobservância e falta de cuidados necessários à manutenção da integridade dos produtos, que podem sofrer alterações pela ação de agentes físicos, químicos, enzimáticos, e pela atuação de micro-organismos patogênicos. Os alimentos sofrem comprometimento de suas qualidades nutricionais e tornam-se fonte de contaminações indesejáveis. Em razão de negligência, ignorância, desleixo ou desobediência às normas estabelecidas, a responsabilidade do agente se dá em razão de conduta culposa; entretanto, quando o agente coloca no mercado o produto ciente de que não está em condições de ser consumido, sua conduta é dolosa.

- Fraudes por adulteração - Caracteriza-se pela participação direta do agente, com a realização de manobras intencionais movidas pela ganância; sua conduta é dolosa. A adulteração dos alimentos ocorre de muitas maneiras, entre as quais:

- pelo acréscimo de substâncias inferiores, alimentares ou não, com preço baixo ou nulo, para aumentar o peso ou o volume do produto, como por exemplo, quando óleos vegetais mais baratos são adicionados ao azeite de oliva; no chocolate, a manteiga de cacau é substituída por gorduras hidrogenadas; ao leite é acrescentada água;

- pela substituição de um alimento original por outro artificial, a exemplo nas massas, quando o ovo é substituído por corante, e em sucos que são apresentados como naturais mas são, em parte ou totalmente, substituídos por uma combinação de aditivos (adoçantes, acidulantes e corantes);

- pelo aproveitamento de alimentos degenerados ou através da recuperação fraudulenta com o uso de aditivos, a exemplo, carnes tratadas com corantes e produtos com mau-cheiro "recuperados" com aromatizantes;

- pelo uso de aditivos não autorizados ou em quantidades superiores aos limites previstos pela legislação sanitária; e pela adição de produtos químicos não revelados;

- pelo uso de radiação ionizante (utilizada para eliminar micro-organismos, retardar o ciclo de maturação das frutas, inibir brotamentos, etc) em altas doses, que alteram as estruturas essenciais dos alimentos, destruindo seu valor nutricional;

- pela presença de contaminantes, substâncias indesejáveis e nocivas presentes no alimento, podendo ocorrer em qualquer fase do sistema alimentar, a exemplo, resíduos de detergentes e desinfetantes presentes nos equipamentos de processamento, e resíduos de agrotóxicos utilizados na produção.

- Fraudes por falsificação - Um produto é considerado falsificado quando possuir a aparência de um produto é mascarada para parecer outro, levando o consumidor a erro a respeito da composição, apresentação, peso, procedência, capacidade nutritiva, qualidade, existência ou inexistência de

determinada substância. A exemplo, produtos com peso menor do constante na embalagem, produtos de procedência duvidosa vendidos como sendo outro de qualidade.

A fraude na informação ao consumidor, também uma falsificação, pode revelar-se de muitas formas, como a inexistência de informação a respeito de constituintes do produto, caso grave em relação a alguns consumidores que podem sofrer reações severas; informação a respeito de determinadas características do produto, quando na verdade esta inexistem; propaganda de um componente do produto, mas em quantidade ínfima, não informando a quantidade necessária para que produza efeito na saúde; inexistir no produto um ou mais componentes, ou não existir correspondência entre a quantidade deles descrita no rótulo. A fraude na informação não alcança apenas a falsidade, mas igualmente a ambiguidade ou similaridades, enganando e lesando o consumidor.

Algumas fraudes alimentares tornaram-se manchetes na mídia, deixando a população bastante insegura quanto aos alimentos que precisa comprar. Em 2007, algumas indústrias de laticínios no Brasil fraudaram o leite adicionando água oxigenada e soda cáustica (GLOBO, 2007). Em 2008 na China, foram detectados altos níveis de melamina no leite em pó, o que levou a óbito 6 bebês e milhares foram hospitalizados. A melamina é uma substância usada na produção de resinas, colas e plásticos, que adicionada a alimentos burla o controle de qualidade, simulando altos teores de proteínas, mas que provoca a formação de cristais insolúveis nos rins, tanto de humanos como de animais (ROSA, 2008).

Alguns produtos são lançados no mercado e consumidos durante anos, até décadas, para então serem constatados e provados os malefícios que causam à saúde. A exemplo, a gordura trans contida nas margarinas e em muitos outros alimentos. Também o bisfenol A, substância presente nas mamadeiras de plástico, recentemente proibida pela Anvisa em set/2011, conforme RDC 41/2011. Diante de tais fatos é inevitável o questionamento sobre a seguridade dos alimentos e produtos disponibilizados para compra.

A questão polêmica dos transgênicos demonstra claramente os limites atuais dos sistemas de segurança alimentar e dos métodos técnico-científicos de analisar e informar os riscos que envolvem um alto grau de incerteza. Posições divergentes

envolvem influências políticas, poder das corporações, velocidade de mudança tecnológica, questões éticas e econômicas, restando informações contraditórias às populações (GUIVANT, 2001, p.105-106).

A recorrência de eventos que colocam a saúde pública em risco abalam as populações, gerando pânico e desconfiança dos sistemas e instituições que deveriam cuidar de sua segurança alimentar.

4 ASPECTOS DE DEPENDÊNCIA E RISCO

Anthony Giddens, em seu livro *Mundo em Descontrole* (2007), classifica os riscos em duas categorias:

Risco externo é o risco experimentado como vindo de fora, das fixidades da tradição ou da natureza. Quero distingui-lo do risco fabricado, com o que quero designar o risco criado pelo próprio impacto de nosso crescente conhecimento sobre o mundo. **O risco fabricado diz respeito a situações em cujo confronto temos pouca experiência histórica.** A maior parte dos riscos ambientais, como aqueles ligados ao aquecimento global, recaem nesta categoria (GIDDENS, 2007, p. 36).

Seguindo o conceito do autor, grifo meu, podemos aplicá-lo ao fenômeno urbano, no qual imensas populações vivem em situação de extrema dependência dos sistemas político, econômico e financeiro, locais e globais, para suprirem suas necessidades básicas e vitais. Alguns desses aspectos se estendem ao modo de produção dos alimentos, o que potencializa a dependência e os riscos. Se o sistema agroalimentar está sujeito às crises econômicas e financeiras globais, qual será a segurança para as populações urbanas tão dependentes de abastecimento alimentar ?

Entre os aspectos de dependência e risco a serem considerados estão a impossibilidade espacial de produção de alimentos nas cidades; a perda de saberes de como produzi-los e processá-los; a lógica capitalista que rege os sistemas; o sistema agroalimentar baseado na monocultura e nas grandes corporações; os vários sistemas que dão manutenção à vida nas cidades; o desemprego que afeta a renda do cidadão, e conseqüentemente a sua segurança alimentar.

4.1 Impossibilidade de produzir alimentos

Nas cidades não há espaço físico para produção de alimentos em quantidade suficiente para prover a alimentação de uma população urbana, embora a agricultura urbana e periurbana (AUP) venha sendo desenvolvida e até adotada como política

pública em alguns países para melhoramento da alimentação e renda de famílias de baixa renda. Não existe a possibilidade de autossuficiência alimentar, pela própria condição urbana de concentração territorial. Portanto fica caracterizada uma situação de dependência, na qual outros terão de prover o abastecimento alimentar para os habitantes das cidades.

A possibilidade das populações urbanas retornarem para o campo é quase nula, haja vista que a questão agrária é motivo de muitos conflitos em vários países do mundo, inclusive no Brasil. Duas questões, inevitavelmente, se apresentariam caso habitantes das cidades decidissem morar no campo: ter condições financeiras para adquirir terra, e haver terra disponível para ser adquirida.

4.2 Perda dos saberes para provimento das necessidades básicas

Devido à concentração territorial e pela própria dinâmica urbana de divisão do trabalho, as pessoas deixaram de saber como produzir e processar alimentos. Da mesma forma, outras atividades de provimento das necessidades básicas, tais como confecção de vestuário e construção de moradia, também deixaram de fazer parte de seus saberes, antes passados de geração a geração. Quando queremos comer, compramos comida; quando queremos nos vestir, compramos roupa; e quando queremos uma casa, nós a compramos, ou alugamos.

Esses saberes foram apropriados por empresas e instituições, e as pessoas que nelas trabalham geralmente se especializam em alguma parte do processo, de forma que as populações urbanas já não detêm mais os conhecimentos para provimento familiar das necessidades básicas e vitais. A divisão social do trabalho é algo inerente à vida nas cidades, assim como a divisão do trabalho é nas indústrias. O funcionamento de uma cidade implica em que haja uma diferenciação de atividades,

de forma que passa a existir uma interdependência entre elas, e por consequência, uma dependência de cada indivíduo em relação ao todo.

Segundo o conceito de alienação de Marx (1978), com o processo da divisão do trabalho, o trabalhador já não detém o conhecimento de todo o processo de fabricação, nem reconhece o produto final do seu trabalho. Ao processo de perda dos saberes e do espaço territorial necessários para provimento das necessidades básicas e vitais, que conceito poderemos aplicar? As famílias em um contexto urbano já não possuem autonomia para se autossustentarem, de forma que sua sobrevivência e bem estar dependem intrinsecamente dos sistemas que dão manutenção à vida nas cidades.

4.3 Lógica capitalista

O termo lógica (natural) significa "modo de raciocinar tal como de fato se exerce" (MICHAELIS, 2009). Em Simmel (1973, p.14) lemos: "A economia do dinheiro domina a metrópole; ela desalojou as últimas sobrevivências da produção doméstica e a troca direta de mercadorias." A lógica capitalista se estabeleceu nas cidades, e foi no meio urbano, por excelência, que se criou a sociedade movida pelo dinheiro. Segundo Marx (1978, p. 130):

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Antes do fenômeno urbano, as atividades de provimento das necessidades básicas eram desempenhadas pela família, pelo grupo, pela comunidade, pela tribo, pelo clã, o nome variava dependendo da cultura, mas a essência era a mesma: havia o provimento das necessidades básicas para todos os seus integrantes. O resultado das atividades produtivas atendia as necessidades de todos, por isso podemos dizer que a

lógica comunitária é uma lógica inclusiva. A lógica capitalista, ao contrário, não se preocupa com a inclusão de todos, pois a preocupação primordial é a lucratividade, por isso a ética é muitas vezes suplantada pela ganância, e a população desconsiderada em seu direito mais essencial de dispor de alimentos saudáveis.

A sociedade ocidental é regida pela livre iniciativa e pelo direito à propriedade privada, mas diferente das sociedades primitivas e tradicionais, a sociedade ocidental convive com a marginalização e a exclusão de muitos de seus integrantes, havendo situações de desamparo e vulnerabilidade de forma estrutural, que se agravam quando ocorrem as crises econômicas e financeiras.

Com a industrialização e a proliferação das cidades, a lógica capitalista se estabeleceu, deixando de haver a lógica familiar e comunitária, ou a responsabilização grupal. A alimentação dos cidadãos é produzida, processada, industrializada, transportada e vendida segundo a lógica capitalista, uma lógica que visa o lucro, e nem sempre é ética.

4.4 Sistemas que dão manutenção à vida nas cidades

São vários os sistemas necessários para dar manutenção à vida humana nas cidades. Além dos sistemas político e econômico, que são sistemas mais amplos e abrangentes, temos também o sistema público administrativo, gerenciando a coleta de lixo, o trânsito, a iluminação, o fornecimento de água, a segurança, etc. Juntamente com os sistemas peritos (GIDDENS, 2007) de transporte, comunicação, financeiro, fornecimento de energia, atendimento médico, etc., formam uma teia de sistemas que possibilitam o funcionamento das cidades. Sabemos, entretanto, que seu funcionamento está longe de ser o ideal, apresentando muitos e graves problemas.

O Estado que poderia ser a garantia de bem estar das populações, fica à mercê das ideologias políticas, nem sempre favoráveis a tal. A má-gestão e corrupção no sistema político comprometem a eficácia do Estado como amparo às populações. Além disso, o Estado é interdependente da economia, pois dela depende a arrecadação dos impostos. Segundo Schnapper, (1998, p. 24-25) "A crise do Estado-Providência é em primeiro lugar uma crise financeira [...] A crise financeira arrasta, portanto, uma crise social. As duas estão ligadas."

A globalização é um fenômeno que traz consigo uma grande interdependência dos sistemas mundiais, regionais e locais. A exemplo disso são as crises financeiras, que geralmente iniciam a nível local, ou regional, mas que acabam por afetar a economia do mundo inteiro. Segundo Giddens, (2007, p. 89) "O mundo está muito mais interdependente do que há um século, e a natureza da sociedade mundial mudou. O outro lado da moeda é que os problemas partilhados que enfrentamos hoje - como os riscos ecológicos globais - são também muito maiores".

Em nossa sociedade, o assistencialismo social prestado pelo Estado, Igreja e pela sociedade civil serviu, e ainda serve, para amenizar situações de miserabilidade, mas de forma insuficiente e não abrangente. Houve um momento melhor com a criação do Estado de bem estar social na Europa no período pós 2ª guerra, mas esse perdurou até a entrada em cena do Estado neoliberal no início da década de 1980. Implantou-se então o Estado mínimo, e muitos benefícios foram cortados à população.

Álvaro Gurgel de Alencar (2001) resume de forma precisa a trajetória humana na questão da responsabilização social pela segurança alimentar coletiva:

A segurança alimentar foi o fator crítico na evolução inicial da espécie humana e no posterior desenvolvimento das civilizações. Para um clã, uma tribo ou um povo primitivo, obter alimento em quantidade suficiente equivalia a assegurar a sobrevivência coletiva. Nos tempos primordiais, tomados os agrupamentos humanos em seu conjunto, o nível de segurança alimentar delimitou estreitamente a margem de

sobrevivência da própria espécie, pela via altamente seletiva do progresso de uns e da eliminação pura e simples de outros.

É direito do ser humano o atendimento das necessidades básicas para que o mesmo tenha uma vida digna. Esse pressuposto está embasado no princípio da dignidade humana (BITENCOURT, 2010), que se consolidou no campo jurídico com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, feita pela Organização das Nações Unidas em 1948. Entretanto, a extrema dependência dos indivíduos urbanos aos sistemas que dão manutenção à vida nas cidades gera um segundo princípio: o princípio da dependência permanente. A situação urbana é intrinsecamente uma situação de dependência, e caracterizando-se como tal, deve haver uma responsabilização social por cada indivíduo, independente de que tenha ou não contribuído a algum plano de previdência.

4.5 Monocultura - modo agrícola atrelado às grandes concentrações humanas

Com o aumento das concentrações populacionais, passou a existir a necessidade de produzir grandes estoques de alimentos, não importando tanto a diversidade, mas a quantidade. Assim a agricultura monocultora expandiu-se concomitantemente ao crescimento das cidades, num ciclo vicioso em que, ao aumentarem as áreas de monocultivo em latifúndios, mais populações foram desenraizadas de suas terras e de suas comunidades migrando para as cidades. Ao mesmo tempo que a crescente urbanização demandava uma intensa produção de alimentos, a expansão da agricultura monocultora mecanizada provocava mais êxodo rural, inchando ainda mais as cidades. "A Revolução Verde teve consequências nas áreas rurais que geralmente serviram para marginalizar grande parte da população rural." (ALTIERI, 1989, p. 39)

Segundo Gliessman (2009, p. 36) "A agricultura convencional está construída em torno de dois objetivos que se relacionam: a maximização da produção e a do

lucro", ou seja, é regida pela lógica capitalista. Famílias de pequenos agricultores tornam-se dependentes do agronegócio quando utilizam insumos e sementes produzidos pelas indústrias corporativas. Sua capacidade de produção passa a depender de financiamentos bancários, e seus rendimentos, dos preços regidos pelo mercado. Quando pequenos proprietários se inserem num modo de produção integralizado com as agroindústrias, como no caso dos aviários, tornam-se trabalhadores sem carteira assinada. Geralmente a empresa fica com os lucros, e o agricultor com os riscos (LUTZEMBERGER, 1998).

Jan Douwe Van der Ploeg (2008) defende que, desde a década de 1990, um novo regime alimentar vem se estabelecendo, o "regime alimentar imperial", cujos mercados alimentares são globalizados, e novos espaços são abertos para as grandes corporações que funcionam como redes coercivas. Trata-se de um aparelho de domínio e apropriação descentralizado e desterritorializado que controla progressivamente a produção, circulação e consumo de alimentos em escala mundial, enquanto, simultaneamente, suga todas as propriedades.

A agricultura moderna (ou convencional) se expandiu pelo mundo com a Revolução Verde, trazendo graves problemas de destruição e contaminação dos ecossistemas, degradação do solo e dos recursos hídricos, perda da biodiversidade e outros malefícios. Gliessman afirma em seu livro *Agroecologia - Processos ecológicos em agricultura sustentável*:

À medida que o trabalho intensivo e o monocultivo degradam o solo, a fertilidade depende mais e mais do aporte de fertilizantes nitrogenados derivados de combustível fóssil, além de outros nutrientes"...A agricultura não pode ser sustentável enquanto permanecer essa dependência de insumos. [...] a dependência de insumos externos deixa produtores, regiões e países inteiros vulneráveis à falta de fornecimento, flutuações de mercado e aumento de preços (GLIESSMAN, 2009, P. 48).

A agricultura é responsável por aproximadamente dois terços do uso global de água e é uma das principais causas de sua falta em algumas regiões [...] polui a água mais do que qualquer outra fonte individual [...] Os agrotóxicos

também penetram na água subterrânea, contaminando reservatórios de água potável (GLIESSMAN, 2009, p. 46-47).

A relação causa-efeito entre agricultura convencional e erosão do solo é direta e não ambígua. Preparo intensivo de solo, combinado com monocultivo e rotações curtas, deixa-o exposto aos efeitos erosivos do vento e da chuva. [...] De forma similar, a irrigação é causa direta de muita erosão de solo agrícola (GLIESSMAN, 2009, p. 44).

Ana Primavesi, uma pesquisadora também voltada para estudos similares, faz a seguinte observação em seu livro *Agroecologia, Ecosfera, Tecnosfera e Agricultura*:

O decepcionante é que, apesar das temporárias supersafras, esse sistema é insustentável socialmente, porque expulsou os agricultores de suas terras, economicamente, porque destrói os solos e ecologicamente porque destrói as florestas e rios e contribui como fator decisivo, no desaparecimento da água potável em nosso planeta (PRIMAVESI, 1997, p. 108).

Lutzemberger, em seu artigo "O Absurdo da Agricultura Moderna", denunciava a destruição da agricultura camponesa pela agricultura moderna, revelando que ao contrário da grande propaganda que fazem sobre a agricultura monocultora e agroquímica, o pequeno produtor pode produzir muito mais alimento por hectare.

Num exemplo concreto também se argumenta que os índios camponeses em Chiapas, México, que estão agora lutando pela sua sobrevivência, rebelando-se contra o NAFTA (o Mercado Comum Norte Americano), são atrasados, eles produzem somente duas toneladas de milho por hectare comparado com seis nas plantações mexicanas modernas. Mas isso é somente parte do quadro, as plantações modernas produzem seis toneladas por hectare e é só. Mas os índios produzem uma colheita mista entre seis pés de milho, que também servem para suporte de variedades de feijão que são trepadeiras, eles plantam legumes, abóbora, morangas, batata doce, batata inglesa, tomate e todo tipo de vegetais, frutas e ervas medicinais. A partir do mesmo hectare eles também alimentam seu gado e galinhas. Eles facilmente produzem quinze toneladas de alimento por hectare e tudo sem fertilizantes comerciais ou pesticidas e sem assistência dos bancos, governos ou corporações transnacionais (LUTZEMBERGER, 1998).

Está crescendo a preocupação com a alimentação de uma população mundial tão grande, atualmente 7 bilhões de indivíduos, e com previsão de alcançar os 9,2 bilhões em 2050 (UNITED NATIONS, 2009). Além das eventuais quebras de safras, a bolsa de commodities de alimentos no mundo é afetada, entre outros fatores, pelas

crises financeiras, pela especulação gananciosa e pela flutuação do câmbio. Essas variações no mercado de commodities afetam tanto o produtor, quanto o consumidor.

Segundo consta no relatório El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo (FAO, 2011), as alterações climáticas, a crescente demanda por biocombustíveis e o aumento da financeirização das commodities alimentares e agrícolas sugerem que a volatilidade dos preços tende a se estabelecer no mercado mundial.



GRÁFICO 3 - Tabela de índices de preços alimentares da FAO

Nota: Os índices são obtidos pela média de preços globais de cinco commodities: carnes, produtos lácteos, óleos e gorduras, cereais e açúcar.

Fonte: FAO - Situación Alimentaria Mundial (Índice de 7 jul. 2011)

As previsões do aquecimento global formam quadros preocupantes para a produção agrícola: "O International Food Policy Research Institute (IFPRI) fez um estudo com base em diversos modelos climáticos e o resultado converge na preocupante direção de declínio geral do ritmo de aumento da produção agropecuária." (Abramoway, 2010)

4.6 Desemprego

Segundo Nadya A. Guimarães (2009, p. 45), ingressamos numa era em que o crescimento da produção passa a se dar sem um aumento proporcional do emprego, levando a um incremento do desemprego estrutural e de longa duração. Também está sendo estrutural a crescente precarização das relações de trabalho, cujos vínculos de trabalho tendem a tornar-se mais frágeis, intensificando-se as transições entre empregos mal pagos e situações de desemprego. Para agravar ainda mais a situação das populações urbanas, temos também o desemprego conjuntural, que acontece em situações de crise econômica, quando há queda nas bolsas de valores, quando empresas quebram, e bancos retraem os créditos, desestimulando os investimentos.

Ter renda representa algo vital para quem vive no meio urbano, pois sua alimentação depende dela. Na economia formal, com carteira assinada, o indivíduo desempregado e sua família vivem por algum tempo com o seguro-desemprego; vivem de alguma solidariedade, geralmente familiar, mas vivem de forma precária, diminuindo a quantidade e a qualidade de sua alimentação. No Brasil, segundo informações obtidas no portal do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2011), o benefício do seguro-desemprego é concedido por no máximo cinco meses e o maior valor não alcança a dois salários mínimos.

Na economia informal, presente em muitos países de forma significativa, não há sequer o seguro-desemprego com que contar, pois não há acesso aos direitos trabalhistas, nem proteção social.

Segundo Robert Castel em *As Metamorfoses da questão social*, "...no momento em que a condição do assalariado não é mais, finalmente, aviltada e indigna, esta se vê profundamente abalada em virtude do desemprego e da precariedade". (apud LALLEMENT, 2008, p. 250)

Normalmente existem milhares de desempregados em uma cidade, mas em épocas de crise os números aumentam significativamente. Da crise financeira iniciada em 2008 nos Estados Unidos, até hoje seguem as conseqüências e as crescentes taxas de desemprego, conforme tabela abaixo.

TABELA 1 - Taxas de desemprego e população desempregada

País	taxas de desemprego (%)				pop.desempregada (mil)	
	Ano =>	2007	2008	2009	2010	
Brasil		9,3	7,9	8,1	6,7	1.591
EUA		4,6	5,8	9,3	9,6	14.825
Alemanha		8,6	7,5	7,7	7,1	2.946
Espanha		8,3	11,3	18,0	20,1	4.632
França		8,0	7,4	9,1	9,3	2.643
Reino Unido		5,3	5,6	7,6	7,8	2.440

Fonte: International Labour Organization - ILO

Em países desenvolvidos como Estados Unidos e alguns países da União Européia, a crise atual levou às ruas milhares de pessoas em protesto contra as altas taxas de desemprego, redução de salários e cortes de benefícios. O movimento social Ocupe Wall Street, iniciado em Nova York em 17 de setembro, ameaça tornar-se um fenômeno global contra a ganância capitalista das grandes corporações e do mercado financeiro. Manifestantes acusam banqueiros e políticos de destruir economias e protestam contra a imensa desigualdade social.

5 MOVIMENTOS SOCIAIS CONTRA-HEGEMÔNICOS

Movimentos sociais são práticas sociais, cuja natureza é a de transformar a estrutura do sistema vigente. "No sentido mais amplo, movimentos sociais devem ser entendidos como ações coletivas orientadas para a promoção de mudanças, no todo ou em parte, em instituições, condições ou relações sociais." (MOCELIN, 2009, p. 49)

Existem no mundo muitos movimentos sociais que procuram deter e sanar a destruição do meio ambiente, a exclusão social, o extermínio de culturas tradicionais, e outro males. Alguns protestam contra o capitalismo neoliberal, associando-o aos problemas que afligem a nossa sociedade. São movimentos que buscam modos de trabalhar, produzir e viver alternativos; que fazem um trabalho de conscientização e difusão de conhecimentos específicos, através de campanhas, seminários, Organizações Não Governamentais (ONG), sites na internet, passeatas, etc. Abaixo cito alguns movimentos para exemplificar:

5.1 Via campesina

Segundo informações obtidas no próprio site da Via Campesina, trata-se de um movimento internacional iniciado em 1993, que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores, sem terra, mulheres camponesas, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Defende a agricultura em escala pequena e sustentável, como forma de promover a justiça social e a dignidade. Opõe-se fortemente à agricultura empresarial e às empresas transnacionais que estão "destruindo" as pessoas e a natureza.

A Via Campesina reúne cerca de 150 organizações locais e nacionais em 70 países da África, Ásia, Europa e Américas. Representa cerca de 200 milhões de agricultores; é pluralista e multicultural; é um movimento autônomo, independente

de qualquer tipo de política, economia ou outras inscrições. Ela desenvolve um modelo de produção em escala pequena e sustentável, em benefício das comunidades e do meio ambiente. Coloca as aspirações, necessidades e condições de vida daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro do sistema e das políticas alimentares e não as demandas dos mercados e das corporações.

Defende a soberania alimentar, que é o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos através de métodos sustentáveis. Defende também a implementação da reforma agrária, e prioriza a produção e consumo local.

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) é uma organização integrante da Via Campesina.

Segundo conceito de André Gorz (1987, p. 10), podemos considerar a agricultura uma atividade autodeterminada: "Entre trabalho assalariado e atividade autodeterminada existe a mesma diferença que entre valor de troca e valor de uso". Gorz vê o movimento camponês como um movimento de uma não-classe em busca de uma autodeterminação, uma sociedade compatível com sua existência autônoma e seus objetivos.

5.2 Ecovilas

Ecovilas são comunidades onde as pessoas procuram viver em harmonia entre si e com a natureza, dentro de seu próprio contexto cultural e ambiental. Desenvolvem tecnologias simples, usam materiais locais, oferecendo soluções compatíveis e acessíveis a todos. Definida como um assentamento humano sustentável, o conceito de ecovila engloba quatro dimensões: a social, a ecológica, a cultural e a espiritual.

"As ecovilas estão engajadas na transformação de valores, com base em quatro pilares que fazem com que a transição para a sustentabilidade seja facilitada e

atrativa: desvincular o crescimento do PIB ao de bem-estar, reaproximar as pessoas do lugar onde vivem, afirmar valores e práticas nativos e propor uma ética educacional holística e experimental." (WWI, 2010, pg.202)

As pessoas que compõem essas comunidades têm a intenção de integrar uma vida social harmônica a um estilo de vida sustentável. Para alcançar esses objetivos, elas incluem em sua organização muitas práticas, tais como: produção local e orgânica de alimentos através da aplicação dos princípios da agroecologia; utilização de sistemas de energias renováveis; utilização de material de baixo impacto ambiental nas construções; criação de esquemas de apoio social e familiar; diversidade cultural e espiritual; economia solidária, cooperativismo e rede de trocas; educação transdisciplinar e holística; tratamento de saúde integral e preventivo; preservação e manejo de ecossistemas locais; comunicação e ativismo global e local.

Geralmente são pessoas provindas da classe média urbana, com bom nível cultural, profissionais qualificados que procuram um jeito de viver mais ligado à natureza e à espiritualidade, que criticam o crescente consumismo e a destruição do meio ambiente. Algumas comunidades alternativas foram fortemente influenciadas pelo movimento de contracultura iniciado nos anos 60 e buscam, através da vida comunitária, resistir aos efeitos negativos da vida moderna (NOGUEIRA, 2001).

Existem várias redes que interligam essas comunidades, tais como Fellowship for International Community - FIC, Ecovillage Network of the Americas - ENA, Global Ecovillage Network - GEN, e Associação Brasileira das Comunidades Aquarianas - ABRASCA, entre outras.

5.3 Agroecologia

Atualmente o termo agroecologia designa uma ciência, um movimento social e uma prática agrícola. Como ciência ela agrega conhecimentos de outras ciências, além de agregar saberes populares e tradicionais provenientes das experiências dos agricultores familiares, de comunidades indígenas e camponesas. Como prática agrícola consiste em uma proposta alternativa de agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável, baseando-se nas dinâmicas da natureza, sem a utilização de fertilizantes minerais e agrotóxicos.

A agroecologia entende os sistemas produtivos como uma unidade, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são considerados como um todo, buscando a otimização dos agrossistemas. As pessoas são vistas como parte dos ecossistemas locais, pois elas também interagem com o meio ambiente.

A agroecologia incorpora idéias ambientais e sociais, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção. Tem raízes nas ciências agrícolas, no movimento ambiental, na ecologia, nas análises de agroecossistemas indígenas e em estudos de desenvolvimento rural. São palavras chaves da agroecologia: a autossuficiência e a sustentabilidade. (ALTIERI, 1989)

Segundo informe do relator especial das Nações Unidas sobre o direito à alimentação, a agroecologia é um modo de desenvolvimento agrícola que tem demonstrado resultados e avança para a concretização do direito humano à alimentação para muitos grupos vulneráveis.

Basándose en un extenso examen de las publicaciones científicas especializadas divulgadas en los últimos cinco años, el Relator Especial concluye que la agroecología es un modo de desarrollo agrícola que no sólo presenta fuertes conexiones conceptuales con el derecho a la alimentación sino que, además, ha demostrado que da resultados para avanzar rápidamente hacia la concreción de ese derecho humano para muchos grupos vulnerables en varios países y entornos. (UNITED NATIONS, 2010, pg. 1)

Ecovilas, organizações ligadas à Via Campesina, ONGs, algumas Universidades (em extensões), a FAO, e agora também algumas entidades governamentais atuam no sentido de articular, organizar e formar agricultores familiares nas práticas e saberes da agroecologia.

5.4 - Agricultura Urbana

Entende-se a agricultura urbana como sendo a produção de alimentos dentro do perímetro urbano e periurbano. Caracteriza-se pela produção diversificada de cultivos e criação de animais o ano todo, pelo uso de práticas sustentáveis, pela reciclagem dos resíduos, e manejo orgânico com enfoque agroecológico. A agricultura urbana vem se consolidando como um fenômeno sócio-econômico crescente em todo o mundo (AQUINO; ASSIS, 2007).

Segundo a FAO, além de políticas governamentais, inúmeras ONGs, universidades, movimentos sociais e empresas com compromisso social também vêm promovendo a agricultura urbana e periurbana (AUP). No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome - MDS conta com uma política nacional de agricultura urbana, que se articula com outras ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

A agricultura urbana vem sendo utilizada como estratégia para gerar renda e amenizar os problemas de insegurança alimentar de famílias em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2011). A Pastoral da criança incentiva o plantio de hortas caseiras como forma de melhorar a alimentação das famílias, e por consequência a das crianças (PASTORAL DA CRIANÇA, 2009).

Devido à proximidade do mercado consumidor, a agricultura urbana e periurbana movimenta também um rentável mercado agrícola de abastecimento de hortifruti nas cidades. Ainda com predominantes cultivos convencionais, com a

utilização de agroquímicos, tem entretanto um potencial mercado para expansão da agricultura orgânica.

Cidades do bem viver na Itália, na região da Toscana, são exemplos de integração entre urbano e rural. Produtos agrícolas orgânicos são produzidos na periferia das cidades e vendidos em mercados locais, aproximando o produtor do consumidor. Seu modo de alimentar-se segue a ideologia "slow food", da mesma forma o modo de viver (GLOBO, 2010).

Em Porto Alegre existe o projeto Cinturão Verde, apoiado por entidades de proteção ambiental que busca manter a área verde no entorno da cidade, delimitando seu crescimento urbano. Essa área serviria para produção agrícola orgânica, turismo rural, manutenção da biodiversidade e de fontes hídricas em áreas de preservação ambiental (CINTURÃO VERDE POA, 2011).

Além disso, a agricultura urbana vem sendo desenvolvida por comunidades alternativas, ou simplesmente indivíduos, como expressão de uma filosofia de vida. O contato com a terra e o cultivo de alimentos sem o uso de agrotóxicos representa o respeito à natureza, à saúde do corpo e da mente. A preocupação em ofertar alimentos orgânicos à família é outro fator que impulsiona pessoas a praticarem agricultura urbana, apesar das limitações inerentes à vida urbana nesse aspecto.

5.6 - Consumo Político

Segundo Portilho et al (2011):

A comida tem se transformado em um objeto político por excelência. Os frequentes escândalos alimentares, as questões ambientais, o advento dos organismos geneticamente modificados e outras questões fizeram com que a alimentação deixasse de ser debatida apenas nos círculos restritos das instituições governamentais

e empresariais para ganhar a grande mídia, o debate público e a esfera das decisões cotidianas.

Consumidores engajados em movimentos sociais institucionalizados, atores sociais "não organizados" e difusamente politizados, passaram a se autoatribuir responsabilidades ao perceberem o significado de suas próprias ações em relação ao meio ambiente e aos grupos sociais. Alguns consumidores constroem suas práticas cotidianas de alimentação como uma ação política individualizada, local e orientada para uma solução concreta em relação aos riscos que percebem.

Consumo político pode ser entendido como a percepção e o uso das práticas e escolhas de consumo responsável, consciente, ético e sustentável, como uma forma de ação política. São consideradas práticas comuns de consumo político: boicotes - negação do consumo de produtos e serviços por considerações sociais e/ou ambientais; buycotts - opção intencional por produtos e serviços percebidos como social e/ou ambientalmente amigos; uso racional de bens e serviços na esfera doméstica e cotidiana (como água, energia e transporte); e separação de resíduos para reciclagem.

Essas práticas de consumo estão associadas a valores como solidariedade, responsabilidade sócio-ambiental, participação social e cidadania, gerando um sentimento de pertencimento na sociedade, conectando o indivíduo a comunidades abstratas, ao meio ambiente e a uma comunidade política global.

Podemos considerar como principais meios que propiciam o crescimento dessa nova cultura política, concentrada no microcosmo da vida privada: a expansão das comunicações em redes, a grande mídia, os movimentos organizados (ecológicos, em defesa dos animais, de ideologias alimentares, e outros) e o conhecimento científico sobre nutrição humana e medicina.

Escândalos alimentares têm provocado reações em cadeia em todo mundo e fizeram emergir uma forte consciência do risco, abalando a confiança pública nas instituições políticas e científicas. Aspectos como a crise de legitimidade que

caracteriza a vida política contemporânea e a desregulamentação e liberalização que passam a afetar a produção agroalimentar a partir da década de 1990 contribuem para tornar estreito o foco exclusivo em políticas institucionais, burocracias ou representantes políticos.

Existe uma crescente percepção dos riscos na alimentação, pois o que é considerado perigoso na comida escapa aos sentidos, e os consumidores globais sentem-se vulneráveis diante das negligências e fraudes do complexo agroalimentar industrial hegemônico.

6 CONCLUSÃO

Em pesquisa nacional ficou demonstrado que o consumo de hortifrutí, laticínios e carnes tem relação direta com a renda familiar, ou seja, baixa renda, baixo consumo, e vice-versa. As deficiências nutricionais, resultantes da baixa ingestão de frutas e hortaliças e do alto consumo de alimentos industrializados, acometem as populações urbanas, causando doenças e obesidade. As contaminações por agrotóxicos e as fraudes alimentares tornam o ato de nos alimentarmos um risco em potencial para a saúde.

O fato de que agrotóxicos, altamente perigosos para a saúde humana e para o meio ambiente, têm registro aprovado pela ANVISA aumenta grandemente a insegurança alimentar nas cidades brasileiras. A alimentação de um simples campestino pode ser tão farta e mais saudável que a da classe mais abastada na cidade. Entretanto, a população urbana de menor poder aquisitivo não tem as mesmas possibilidades que aqueles de ter uma alimentação adequada, pois não possui terra para produzi-la, nem renda suficiente para adquiri-la.

Os sistemas político, econômico e financeiro, que dão aporte aos serviços públicos e a todos os sistemas peritos, são mantidos em equilíbrio frágil e imprevisível, sujeitos a muitas crises, como a que estamos vivendo hoje a nível global. As crises financeiras, agora globais, aumentam as taxas de desemprego, tirando dos cidadãos a sua maior garantia de acesso aos alimentos: a sua renda.

As populações urbanas tornaram-se "reféns" das cidades, pois a possibilidade de virem a mudar-se para o campo pode ser bem remota, haja vista que duas condições inevitavelmente se apresentam: ter recursos financeiros para adquirir terra, e haver terra disponível para ser adquirida.

A lógica capitalista perpassa em todas as instâncias da vida urbana, e cada vez mais a agricultura, colocando as populações urbanas em constante insegurança

alimentar. O sistema agroalimentar dominante tem sua base na monocultura, modo de produção agrícola que destrói os ecossistemas e contamina o meio ambiente. As grandes corporações transnacionais criam impérios alimentares que destroem a agricultura familiar, aumentando o êxodo das famílias para as cidades, e tornando a segurança alimentar das populações ainda mais dependente da ganância capitalista e das oscilações dos mercados mundiais de commodities.

A extrema dependência das populações urbanas aos sistemas que dão manutenção à vida nas cidades gera o princípio da dependência permanente. Juntamente com o princípio da dignidade humana, esse princípio deveria servir de garantia às populações urbanas para o atendimento de suas necessidades básicas. A responsabilização social por cada integrante do coletivo urbano na garantia de uma vida digna e segurança alimentar com certeza influenciará beneficentemente para mudança do quadro de grande insegurança que paira sobre as cidades, não somente o de insegurança alimentar.

Movimentos sociais estão atuando no mundo inteiro buscando deter e sanar a destruição do meio ambiente, a exclusão social, e o extermínio das culturas tradicionais. Muitos desses movimentos buscam modos de viver e produzir em harmonia com a natureza, quebrando o paradigma do modelo urbano e do sistema agroalimentar que lhe dá sustentação.

Os governos deveriam dar mais atenção ao significado desses movimentos sociais, pois representam pessoas que querem mudanças e que propõem soluções diferentes. Pode vir a ser altamente estratégico para a manutenção da paz futura e da segurança alimentar das populações que os governos passem a propiciar melhores condições de vida no meio rural, subvertendo as razões pelas quais as famílias dele se evadiram.

Tornar as escolas mais atraentes com computadores e acesso à internet para evitar a evasão dos jovens do meio rural, melhorar os meios de comunicação, difundir práticas e saberes da agroecologia, dar assistência técnica e financeira e propiciar melhor atendimento de saúde seriam boas políticas públicas para serem implementadas pelo Estado.

Empresas são instituições estreitamente atreladas aos sistemas econômico-financeiro e regidas pela lógica capitalista. Quando uma empresa "quebra" fecham-se as portas e cessa a produção. A família, ao contrário, é uma unidade produtiva com maior potencial de estabilidade e permanência. Também é a agricultura familiar mais propícia para manter cultivos variados e orgânicos, de forma a preservar os ecossistemas e a biodiversidade. Portanto trata-se de uma questão de soberania e segurança alimentar e também de sustentabilidade que o meio rural seja lócus de vida e produção agrícola de muitas famílias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, Ricardo. Alimentos versus população: está ressurgindo o fantasma malthusiano? *Rev. Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 62, n.4, out. 2010. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400013

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, 2009. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia>

ALENCAR, Álvaro G. de. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, vol.44, n.1, jan.jun. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292001000100009&script=sci_arttext

ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura moderna*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, v. X, n.1, jan-jun 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a09.pdf>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - *NBR 6023*: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/pdf/abntnabr6023.pdf>

BITENCOURT NETO, Eurico. *O direito ao mínimo para uma existência digna*. Porto Alegre: Advogado, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Seguro-desemprego*. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/ Acesso em: 11.11.2011

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. *Agricultura urbana...* Brasília, 11 fev.2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/fevereiro/agricultura-urbana-e-periurbana-pode-ser-caminho-para-acabar-com-a-pobreza>

CAPITALISMO: uma história de amor. Documentário de Michael Moore. EUA, 2009. 1 DVD (120 min.). Título original: Capitalism: a love story.

CARTA MAIOR. Ocupando Wall Street. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/index.cfm?home_id=127&alterarHomeAtual=1

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1957. 2 v.

CINTURÃO VERDE POA. Home page, 2011. Disponível em:
<http://pwweb2.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cinturaoverdepoa/default.php>

DAVIS, Kingsley et al. *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

DESAFIO no Ártico. Direção: Charles Martin Smith. Canadá: Casablanca Filmes, 2003. 1 DVD (103 min.). Título original: The Snow Walker

DURKHEIM, Emile. *A Divisão do Trabalho Social*. Lisboa: Presença, 1984. 2 v.

ESQUIVEL, Carla Liliane Waldow. *Crimes contra a saúde pública: fraude alimentar*. Curitiba: Juruá, 2009.

EUFRASIO, Mário A. *Estrutura urbana e ecologia humana*. São Paulo: 34, 1999.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO - El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2010: la inseguridad alimentaria en crisis prolongadas Disponível em: <http://www.fao.org/publications/sofi-2010/es/>

_____. El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2011: como afecta la volatilidad de los precios...? Disponível em: <http://www.fao.org/publications/sofi/es/>

_____. Situación Alimentaria Mundial: índice de la FAO para los precios de los alimentos, 7 jul. 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/worldfoodsituation/wfs-home/foodpricesindex/es/>

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrol*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GLOBAL ECOVILLAGE NETWORK - GEN. Home page. Disponível em:
<http://gen.ecovillage.org/>

GLOBO. Depoimentos revelam como funcionava fraude do leite. *Globo Notícias*, 28 out. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL161409-5598,00.html>

GLOBO. Cidades do bem viver na Itália. *Globo Repórter*, 03 dez.2010. Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=I5ry-ZTYxhg>

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987

GUIMARÃES, Nadya Araujo. *Desemprego, uma construção social*: São Paulo, Paris e Tóquio. Belo horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

GUIVANT, Julia S. Riscos alimentares: novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social. *Revista Desenv. Meio Amb.*, Curitiba, nº5, 2. sem. 2002. Disponível em: <http://www.iris.ufsc.br/pdf/riscos%20alimentares%20revista%20Desenvolvimento%20e%20Meio%20Ambiente.PDF>

GUIVANT, Julia S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. *Estudos Soc. e Agric.*, 16, abril 2001. p. 95-112. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/art/200104-095-112.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010: população do Brasil... Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766

_____. IBGE [a]. POF 2002-2003. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/19052004pof2002html.shtm>

_____. IBGE [b]. POF 2008-2009 Notas Técnicas. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFnotastecnicas.pdf

_____. IBGE [c]. POF 2008-2009 Comentários dos resultados. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFcomentario.pdf

INSTITUTO DE PERMACULTURA E ECOVILAS DO CERRADO - IPEC. Home page. Disponível em: <http://www.ecocentro.org/>

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Laborsta: Banco de dados de estatísticas do trabalho. Indic. de curto prazo...Disponível em: <http://laborsta.ilo.org/>

LALLEMENT, Michel. *História das idéias sociológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008

LEFEBVRE, Henry. *O direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 2, n. 3, out. 2002. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/693.pdf>

- LUTZEMBERGER, José A. O Absurdo da Agricultura Moderna: dos fertilizantes químicos e agrotóxicos à biotecnologia. *Fundação Gaia*, Porto Alegre, Out. 1998. Disponível em: <http://www.fgaia.org.br/texts/biotec.html>
- MALUF, Renato S. J. *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MARX, Karl. *Manuscrítos econômico-filosóficos* Seleção de textos de José Arthur Giannotti. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)
- _____. *O capital: crítica da economia política*. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 3 v. em 5.
- MICHAELIS - Dicionário on line. [S.L.]: VOL, 2009. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>
- MOCELIN, D.G. Movimentos sociais e mov. sociais rurais. In: GEHLEN, I.; _____. (Org.) *Organização Social e Movimentos Sociais Rurais*. Porto Alegre: UFRGS, 2009 Disponível em: <ftp://ftp.sead.ufrgs.br/Publicacoes/derad006.pdf>
- MORRIS, R.N. *Sociologia Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- NAÇÕES UNIDAS. *Declaração universal dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Unic, 2000. Disponível em: <http://unicrio.org.br/unic-rio/documentos/>
- NASCIMENTO, Amália Leonel; ANDRADA, Sonia L. L. S. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania? *Rev. Ciência e Cultura*, São Paulo, vol. 62, n. 4, out. 2010. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400012
- NOGUEIRA, A.S. Comunidades da nova era no Planalto Central: utopia, ideologia e reafirmação da ordem. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 13, n. 1, mai 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702001000100011&script=sci_arttext
- PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973
- PASTORAL DA CRIANÇA. *Alimentação e hortas caseiras na Pastoral da Criança*. Curitiba, 2009. Disponível em: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/images/stories/pdf/alimentacaoehortas.pdf>
- PECHT, Waldomiro. *Uma visão moderna das vantagens comparativas*. Fundap - Fundação do Desenvolvimento Administrativo. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/TextosTecnicos/download/Mercosul.PDF>
- PLOEG, Jan Douwe Van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade....* Porto Alegre: UFRGS, 2008

PORTILHO, F; CASTAÑEDA, M.; CASTRO, I.R.R de. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciênc. saúde coletiva*. Rio de Janeiro, vol. 16, n. 1, Jan. 2011 Disponível em:

http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232011000100014&script=sci_arttext

PRIMAVESI, Ana. *Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura*. São Paulo: Nobel, 1997.

PROENÇA, Rossana P.C. Alimentação e globalização: algumas reflexões. *Ciência e Cultura*. São Paulo, vol.62 nº4, Out. 2010. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252010000400014&script=sci_arttext

RAMALHO, Andréa. *Fome Oculta: diagnóstico, tratamento e prevenção*. São Paulo: Atheneu, 2009.

ROSA, Jeane Santos. Melamina: fraude, repercussão e segurança alimentar. *Jornal Agrosoft*, [S.L.], 17 dez. 2008. Disponível em:

<http://www.agrosoft.org.br/agropag/103545.htm>

SCHNAPPER, Dominique. *Contra o fim do trabalho: conversa com Philippe Petit*. Lisboa: Terramar, 1998.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul-set 2010. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/773.pdf>

SIMMEL, George. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

UNITED NATIONS - Informe del Relator Especial sobre el derecho a la alimentación, Sr. Olivier De Schutter, 20 dic. 2010. Doc. A/HRC/16/49. Disponível em:

<http://www.un.org/es/documents/ods/>

UNITED NATIONS - *World Urbanization Prospects: The 2009 Revision*. Disponível em: http://esa.un.org/unpd/wup/unup/index_panell.html

VIA CAMPESINA - Home Page. Disponível em: < www.viacampesina.org >

WIRTH, Louis. O Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. Global status report on noncommunicable diseases 2010. Disponível em:

http://www.who.int/nmh/publications/ncd_report2010/en/

WORLDWATCH INSTITUTE- WWI. *Estado do Mundo 2010*: transformando culturas: do consumismo à sustentabilidade. Salvador, BA: UMA, 2010. Disponível em: http://www.worldwatch.org.br/apresentacao_2010.html

ANEXO 1

Tabela 3048 - Aquisição alimentar domiciliar per capita anual por classes de rendimento total variação patrimonial mensal familiar e grupos, subgrupos e produtos							
Brasil							
Variável = Aquisição alimentar domiciliar per capita anual (Quilogramas)							
Ano = 2008							
Grupos, subgrupos e produtos	Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar						
	Total	Até 830 Reais	Mais de 830 a 1.245 Reais	Mais de 1.245 a 2.490 Reais	Mais de 2.490 a 4.150 Reais	Mais de 4.150 a 6.225 Reais	Mais de 6.225 Reais
1. Cereais e leguminosas	38,969	40,922	41,669	41,192	36,272	35,585	30,042
2. Hortaliças	27,075	15,413	22,623	27,059	32,644	35,147	44,282
3. Frutas	28,863	14,252	20,408	27,191	35,797	41,134	59,297
4. Cocos, castanhas e nozes	1,256	1,425	1,426	1,472	0,838	0,811	0,968
5. Farinhas, féculas e massas	18,093	21,120	19,365	18,171	15,701	14,851	15,747
6. Panificados	21,508	15,270	19,218	21,397	24,690	26,021	30,364
7. Carnes	25,418	17,903	22,229	25,525	30,325	33,699	31,894
8. Vísceras	0,722	0,638	0,847	0,805	0,660	0,723	0,516
9. Pescados	4,032	4,527	4,274	3,736	3,492	3,225	5,075
10. Aves e ovos	16,419	13,957	15,891	16,802	17,852	17,341	18,244
11. Laticínios	43,707	25,133	35,984	43,800	53,770	60,839	66,288
12. Açúcares, doces e produtos de confeitaria	20,521	19,311	20,508	21,084	19,014	21,172	23,400
13. Sais e condimentos	5,437	4,169	4,896	5,604	5,937	6,222	7,114
14. Óleos e gorduras	8,932	7,590	8,718	9,206	9,352	9,777	9,920
15. Bebidas e infusões	50,713	21,635	34,139	46,512	67,109	76,921	107,730
16. Alimentos preparados e misturas industriais	3,506	1,362	1,799	2,905	4,873	6,543	8,359
17. Outros produtos	0,040	0,029	0,054	0,028	0,069	0,006	0,052

Nota:

1 - O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa: "Unidade de Consumo".

2 - As quantidades de produtos adquiridos na forma líquida foram transformadas em Kg, considerando-se volume igual a peso.

3 - A categoria **Até 830** inclui as famílias sem rendimento.

Fonte: IBGE (Banco de Dados > SIDRA > Orçamentos Familiares > Aquisição alimentar - 2008)

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/orcfam/default.asp?t=2&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1>